



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 558615 - SP (2020/0016641-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LEONARDO POLONI SANCHES
ADVOGADO : LEONARDO POLONI SANCHES - SP158795
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO SOUZA LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. POSTERIOR CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, COM EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE SOLTURA. PEDIDO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de RONALDO SOUZA LOPES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n.º 0000562-24.2019.8.26.0493).

Consta dos autos que o Paciente cumpria pena de 9 (nove) meses de detenção pela prática do crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Em 23/12/2018, foi concedida a progressão do regime semiaberto para o aberto. Em 17/02/2019, o Paciente teria descumprido as condições impostas, razão pela qual o Ministério Público estadual pugnou pela regressão de regime, por entender que houve o cometimento de falta grave.

Em 15/03/2019, o Juízo singular determinou a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente, pois verificou que houve o cumprimento integral da pena, deixando de analisar, portanto, a suposta prática de falta grave.

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, que foi provido para: a) cassar a decisão que declarou o cumprimento integral da pena; b) reconhecer a prática de falta grave; c) determinar a regressão de regime (fls. 166-172).

Neste *writ*, a Defesa sustenta que, "*quando do recebimento da comunicação de ocorrência da alegada falta grave (em 27.02.2019), o juízo não determinou qualquer ato que implicasse na suspensão ou interrupção do cumprimento da pena do paciente no atual regime aberto*" (fl. 6).

Argumenta que, "*antes que houvesse a decisão judicial do pedido de regressão do cumprimento da pena, houve o término do cumprimento da pena (15/03/2019)*" (fl. 6).

Requer, inclusive liminarmente, "*a imediata expedição de ALVARÁ DE*

SOLTURA em favor do paciente em razão do cumprimento da pena" (fl. 6).

O pedido liminar foi indeferido (fl. 185).

As informações foram prestadas às fls. 193-211.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 213-218).

É o relatório. Decido.

Em consulta realizada no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que o Paciente foi novamente preso em 22/01/2020 e, em 28/02/2020, o Juízo de primeiro grau constatou o **cumprimento da pena privativa de liberdade** imposta ao Apenado e **determinou a expedição do alvará de soltura**.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora